



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Projeto de Resolução

Proteção, dignificação e divulgação dos dialetos açorianos

Os diferentes dialetos das ilhas dos Açores integram o núcleo fundamental da identidade açoriana. A sua proteção, dignificação e divulgação é - no atual contexto de uniformização levada a cabo pelos novos meios de comunicação e pelo sistema educativo de massas associado à norma-padrão da língua portuguesa - uma prioridade e uma urgência.

A verdade é que, após mais de quarenta anos de autonomia, os diversos dialetos açorianos continuam a não gozar da proteção institucional que se impõe. Em norma, as variantes dialetais dos Açores continuam a ser estigmatizadas do ponto de vista social e institucional. Para muitos, as pronúncias e o léxico específico das diferentes ilhas açorianas não são mais que um português atrasado e mal falado.

Do ponto de vista meramente linguístico, todas as variantes dialetais da língua portuguesa possuem a mesma dignidade e correção, no entanto, do ponto de vista social e institucional, a realidade é bem diferente. Existe uma enorme pressão uniformizadora por parte da norma-padrão da língua portuguesa.

As televisões de âmbito nacional legendam, com frequência, as escassas reportagens que realizam nos Açores, em particular a variedade dialetal micalense. Veja-se, no entanto, que o mesmo não acontece em relação a outras variantes dialetais do território continental do país.

Na RTP-Açores - rádio e televisão - a quase totalidade dos apresentadores e jornalistas expressam-se na modalidade padrão da língua portuguesa, em absoluto contraste com as variantes linguísticas utilizadas pelos seus espectadores e ouvintes. A verdade é que nenhum jornalista ou apresentador açoriano terá qualquer hipótese de progressão na sua carreira profissional se não abandonar, junto dos microfones e das câmaras de televisão, a forma de falar das suas comunidades insulares de origem.

No espaço institucional açoriano - mesmo na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - predomina, de forma esmagadora, a utilização do modelo "ideal" de pronúncia da norma-padrão da língua portuguesa. No sistema educativo açoriano também prevalece o processo uniformizador de imposição da norma-padrão do português europeu.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

A conjugação da implacável força uniformizadora de um sistema educativo em constante expansão (completamente hegemónico pela norma-padrão) com a grande influência normalizadora dos órgãos de comunicação social e a permanência de um sentimento de inferioridade e de desprestígio – falso e injustificável, mas real – associado ao uso dos dialetos açorianos, está a enfraquecer a sua transmissão e o seu uso comunitário.

Estão a perder-se as vozes, as palavras e as expressões seculares dos avós dos açorianos do nosso tempo. Trata-se de uma perda irreparável. Não são apenas pronúncias e palavras. É muito mais que isso. São as memórias vivas de uma cultura forjada na irmandade dos sons que refletem a extraordinária fraternidade caldeada, ao longo de quase seis séculos, na partilha da mesma terra cercada pelo mar.

Em algumas ilhas, uma parte importante da grande e secular especificidade lexical dos falares açorianos está perdida por desuso e olvido. Em geral, o seu uso conhece um claro retrocesso em todas as comunidades insulares açorianas.

Neste contexto, importa adotar, com urgência, medidas que contribuam para a proteção, dignificação, conhecimento e uso descomplexado dos diversos dialetos açorianos. Trata-se de apostar forte na manutenção e fomento de um dos mais importantes elementos da identidade cultural do Povo Açoriano: a especificidade e a riqueza histórico-cultural dos seus diversos dialetos.

É necessário fomentar o seu uso nos órgãos de comunicação social de âmbito local e regional. Os dialetos açorianos devem ser constantemente dignificados, valorizados e divulgados. O seu conhecimento e uso frequente deve ser amplamente generalizado nas nossas escolas, no nosso contexto institucional e em toda a latitude da administração pública regional.

Tenha-se em conta que as políticas de proteção dos dialetos regionais estão a ser implementadas, cada vez com maior intensidade, um pouco por toda a Europa. Veja-se, por exemplo, o caso da Andaluzia. O artigo 213.º do Estatuto de Autonomia da Comunidade Autónoma da Andaluzia prevê o reconhecimento e o uso da modalidade linguística andaluza, nos seguintes moldes: “Os meios audiovisuais públicos promoverão o reconhecimento e o uso da modalidade linguística andaluza, nas suas diferentes falas”.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Nos Açores, ao contrário do que sucede na generalidade dos territórios europeus dotados de autonomia política, não estão a ser implementadas políticas de defesa e promoção dos diferentes dialetos do nosso território. É urgente avançar nesta matéria.

Assim, a Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, nos termos da alínea d) do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional planifique e execute as medidas necessárias para proteger, dignificar, valorizar e divulgar os dialetos açorianos, nomeadamente através da criação de mecanismos adequados para promover o seu uso nos órgãos de comunicação social, nos diferentes âmbitos institucionais e no sistema educativo regional.

Corvo, 17 de julho de 2017

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão